

Reunião do Conselho Regional de Inovação

Centro de Experimentação Operacional da Marinha 27 de novembro 2025 | Tróia











Apresentação da Reprogramação MTR do Programa Regional ALENTEJO 2030

- Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2030)
- Reprogramação Alentejo 2030





OCORRÊNCIAS QUE POTENCIARAM A REVISÃO **INTERCALAR DA EREI 2030**

Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2030)

A aplicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procedeu à reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ajustamentos na Autoridade de Gestão do Programa Regional ALENTEJO 2030 Alterações no panorama geopolítico internacional e aceleração das dinâmicas ligadas à área da defesa

Surgimento de novas dinâmicas resultantes do desenvolvimento de infraestruturas na área da saúde

A constante e rápida evolução tecnológica









Apresentação e recolha de contributos junto dos Membros do Conselho Regional de Inovação (CRIAlt) Análise dos contributos recolhidos e elaboração da proposta final de Revisão Intercalar da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI 2030).

 Apresentação do documento final de revisão intercalar da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI 2030) e proposta de aprovação em reunião do Conselho Regional de Inovação

Análise dos contributos recolhidos e reajustamento da proposta de revisão da EREI 2030









DOCUMENTO EREI 2030 – Nova capa e novos grafismos



1.2 - Os ativos – Pequenas alterações ao nível do texto



1.3 - ESTRATÉGIA REGIONAL2030 VISÃO DE SÍNTESE – Reforço das Tendências Pesadas e das Tendências Recentes, e referência à existência de rede de banda larga.



2 - EREI ALENTEJO2030 - Pequenas alterações no texto



2.1 METODOLOGIA – Explicitação das alterações que vão ser introduzidas em 2025



2.2.3 - DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO – Novas denominações nos domínios: Mobilidade, Defesa e Logística; e Saúde e Inovação Social



RESUMO DA PROPOSTA DE

AJUSTAMENTO DA EREI 2030

- REVISÃO INTERCALAR

2.3.1- ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO - Com substituição do OADR por uma parceria cruzada entre PACT; CCDR Alentejo, I.P.; e AG do ALENTEJO 2030.



2.3.3 – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO – Revisão e ajustamento dos indicadores em articulação com a operação Alt.in.pact2030.













A revisão intercalar do ALENTEJO 2030 assenta no artigo 18.º do RDC (Regulamento de Disposições Comuns)



Tem como objetivo: fazer um balanço da execução do programa ("Alentejo 2030"), avaliando progressos, desafios emergentes e possíveis reprogramações para ajustar o programa aos novos contextos, tendo em conta os seguintes elementos









g) Propostas de reprogramação, ou seja, realocar fundos ou ajustar estratégias para responder melhor às realidades emergentes. a) Novos desafios identificados nas Recomendações Específicas por País (2024), que refletem prioridades emergentes na UE.

f) Primeiros resultados
da avaliação
(monitorização) do
programa até agora —
para verificação dos
objetivos intermédios

b) Progresso na execução do Plano Nacional de Energia e Clima, quando pertinente.

e) Impactes das alterações climáticas, com destaque para a exposição da população regional a riscos ambientais.

d) Situação
socioeconómica da
região, incluindo
vulnerabilidades
territoriais, desafios
demográficos (ex:
redução da população
ativa) e risco de

"armadilha de

c) Implementação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, para avaliar se o programa contribui para a coesão social.







OPORTUNIDADES E
IMPACTO ESPERADO DA
REVISÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA REGIONAL
ALENTEJO 2030

As recomendações da avaliação intercalar podem resultar numa proposta de reafetação de recursos, com reprogramação das prioridades conforme os novos desafios

Contribuir para a
governança estratégica: ao
reavaliar as metas, pode
alinhar melhor as prioridades
regionais com as estratégias
nacionais e europeias.

Pode reforçar a
sustentabilidade
ambiental, direcionando
mais recursos para
adaptações às alterações
climáticas e para a
economia de baixo
carbono.

A revisão intercalar tem
potencial para aumentar a
resiliência
socioeconómica da

região, reforçando áreas vulneráveis e promovendo justiça social.

Permitir ajustar o programa para lidar com novos desafios, corrigir desvios e melhorar a eficácia da estratégia.

É uma chance para reprogramar fundos de forma mais eficiente, alinhando-os com prioridades emergentes (por exemplo, transição verde, coesão social).

Favorece um processo participativo: o relatório sugere que a revisão intercalar envolva debates estruturados sobre quais mudanças são mais urgentes e justificadas.







Alteração dos regulamentos dos Fundos da Política da Coesão:

- FEDER/FC / FSE+ / FTJ
- Reorientação para 5 novas prioridades estratégicas:



REPROGRAMAÇÃO ALENTEJO 2030

Novos Objetivos Específicos FEDER/FC:

- OP1: (vii) enhancing industrial capacities to foster dual use as well as defence capabilities
- OP2: (v) Promoting secure access to water, sustainable water management and water resilience (nova redação)
 - (xi) promoting access to affordable housing, and related reforms
 - (xii) promoting energy interconnectors and related transmission infrastructure, and the deployment of recharging infrastructure
- OP3: (iii) developing resilient defence or dual use infrastructure to foster military mobility for the Union
- **OP4:** (vii) promoting access to affordable housing, and related reforms
- OP5: (iii) fostering integrated territorial development, through access to affordable housing, and the development of related reforms in all types of territories







- Pré-financiamento
- Alargamento de prazo da elegibilidade e de execução (n+3 em 2027) até 31.dez.2030
- Cofinanciamento: Aplicação de taxa de até 100% a operações efetuadas no âmbito das 5 prioridades estratégicas.
- Concentração temática: a dotação alocada aos novos OE conta para a concentração temática do OP1 e OP2 independentemente do OP onde estiver integrada. No FSE+, os recursos atribuídos à defesa, não relevam para o cumprimento dos requisitos de concentração temática.
- Tagging climático: a verificação é flexibilizada no conjunto FEDER/FC (compensação entre fundos).

CALENDÁRIO

- Apresentação de propostas de reprogramação dois meses após a entrada em vigor das alterações legislativas.
- Reação da COM nos dois meses seguintes, para que a nova revisão intercalar termine em 2025







PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

FSE+	FEDER/FC	FTJ
Adaptação dos trabalhadores, empresas e empresários a 2 prioridades estratégicas: Indústria da Defesa Descarbonização áreas de intervenção (não são novos OE), programadas em eixos autónomos, para: Desenvolvimento de competências na indústria de defesa	 Mais Competitividade Menos GAP inovação STEP: Aumentar investimentos STEP em todas as regiões STEP: Sem limiar de 20% para alocação do FEDER a STEP (OE 1.6 e 2.9) STEP: Se revisto até 31.dez.25, tem pré-financiamento 30% (OE 1.6 e 2.9) Grandes empresas em defesa, STEP, IPCEI e descarbonização Selos e IPCEI: simplificação na seleção de projetos Habitação Acessível (inclui habitação social) 3 Novos OE (2.11, 4.7 e 5.3) apoiados pelo FEDER e 2.11 pelo FC Possibilidade de financiamento através de novo instrumento BEI Resiliência hídrica Revisão do OE 2.5: passa a incluir digitalização da infraestrutura hídrica, mitigação dos impactos da seca e da desertificação 	 Transição energética Simplificação administrativa para apoiar rapidamente projetos com Selo Soberania, incluindo combustíveis fósseis Apoio facilitado a atividades CELE Habitação acessível Apoiar habitação acessível e reformas relevantes, também no apoio à implementação dos Planos Mais Competitividade Pode apoiar não PME, mantendo o foco nas
 Facilitar a adaptação industrial ligada à 	Transição energética	DME sem alterar os Dianos desde que não

descarbonização (capacitação,

requalificação e aperfeiçoamento industrial)

- Novo OE (OE 2.12) para promover mobilidade limpa e descarbonização
- FEDER para atividades CELE (c/ Selo) e combustíveis fósseis (c/ Selo FINOV)

Defesa

- Apoios a qualquer empresa e localização para infraestruturas de defesa resilientes ou de dupla utilização para mobilidade militar
- 2 novos OE: OE1.7 FEDER (cap. industrial); OE 3.3 FEDER/FC (mobilidade militar)
- Montantes programados contribuem para concentração temática

- PME, sem alterar os Planos, desde que não conduza a relocalização
- Pode apoiar direta/ IPCEI e projetos com selo de excelência, desde contribuam para os objetivos do FTJ







Proposta de Movimentos Financeiros

Principais movimentos financeiros da Reprogramação (Novas Prioridades): FEDER

•	1E	Defesa	25 M€
•	2F	Água	24 M€
•	4H	Habitação Acessível	23 M€
•	5H	Habitação Acessível	23 M€

FSE+

4G Investimento em

competências para

a descarbonização 3,5 M€

FTJ

• 6H Habitação Acessível 15,5 M€

A mobilização das novas áreas prioritárias (FEDER e FSE+) permitirá a obtenção de um **Pré-Financiamento de 36.265.697€**

Reprogramação Alentejo 2030

Prioridade	Prioridade/TO	Fundo	Movimento
1A	Alentejo mais Competitivo e Inteligente	FEDER	
1B	Alentejo mais Digital	FEDER	
1E	Defesa	FEDER	
2A	Alentejo mais Verde	FEDER	
2B	Alentejo Centros Urbanos mais Verdes		
2F	Água	FEDER	
3A	Alentejo mais Conectado	FEDER	
4A	Alentejo mais Social e Inclusivo - FEDER	FEDER	
4H	Habitação Acessível	FEDER	
4A	Alentejo mais Social e Inclusivo - FSE	FSE	
4B	Alentejo mais Inovação Social	FSE	
4G	Investimento em competências para a descarbonização	FSE	
5A	Alentejo Territorialmente mais Coeso	FEDER	
5H	Habitação acessível	FEDER	
6A	Fundo Para Uma Transição Justa	FTJ	
6C	Fundo Transição justa - STEP	FTJ	
6Н	Apoio à Habitação acessível	FTJ	
7A	Assistência Técnica (FSE)	FSE	
7B	Assistência Técnica (FTJ)	FTJ	
TOTAL		FEDER	875 509 220
TOTAL		FSE	129 923 756
TOTAL		FTJ	98 946 818
	TOTAL GLOBAL		1 104 379 794





